

## Inflação traz desigualdades

O imposto inflacionário é cruel sob todos os aspectos. Rubens Cysne assinala que as transferências são realmente sistemáticas, independentemente do fato de os salários acompanharem ou não a inflação. Mas quem sofre mais é a parcela da população que ganha menos e não tem acesso aos mecanismos que os bancos oferecem para proteger o dinheiro da inflação.

Essas pessoas são mais lesadas que as demais, na medida em que pagam o imposto inflacionário sobre 100% do dinheiro que possuem. Este fato confirma a tese já expressa em outros estudos acadêmicos de que a inflação contribui para aumentar as desigualdades na distribuição de renda.

O economista não resiste à ironia em seu estudo, que será apresentado no Congresso Anual da Associação dos Cursos de Pós-Graduação em Economia (Anpec), no final do ano: "Nos cinco anos do governo Sarney, o *slogan tudo pelo social* poderia ter sido perfeitamente substituído por *tudo pelo sistema bancário*."

Neste período, US\$ 81,7 bilhões foram compulsoriamente pagos pela população ao sistema bancário devido à obrigação institucional de usar uma moeda (cruzeiro ou cruzado) que perdia valor a cada instante", diz ele, acrescentando que "nos anos de suposta proteção aos descamisados (1990, 1991 e 1992), transferiram-se, respectivamente, US\$ 22,06 bilhões, US\$ 16,52 bilhões e US\$ 14,54 bilhões para o setor bancário.

Cysne ressalva que os números a que chegou em seu estudo refletem ganhos brutos — e não líquidos — para o sistema bancário. Isto porque o Banco Central pode efetuar empréstimos subsidiados que, em parte, compensem essas transferências. De seu lado, os bancos comerciais podem não conseguir aplicar seus recursos a taxas superiores aos índices de inflação.

"Se só houvesse um indivíduo na economia, a carga tributária líquida (imposto pago menos subsídios recebidos) poderia servir como parâmetro de seu sacrifício fiscal. Mas não é o caso. Para um pagador de imposto inflacionário, pouco importa se a perda da moeda que ele usa vai se refletir num maior volume de subsídios para empréstimos agrícolas ou em maior rigor na taxa dos bancos. O que interessa a ele é a carga tributária bruta", conclui.